Veículo: JORNAL DO COMMERCIO - RJ
Editoria: DIREITO E JUSTIÇA
Tipo: Matéria
Data: 21/11/2014
Página: B04
Assunto: OUTROS

SUPREMO

Lewandowski destaca promoção da igualdade

No Dia da Consciência Negra, ministro que foi relator de duas ações sobre cotas raciais diz que Judiciário tem atuado na 'vanguarda da garantia dos direitos fundamentais'

DA REDAÇÃO

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, lembrou, no Dia da Consciência Negra, o papel da Corte na consolidação da igualdade prevista na Constituição da República. "O Poder Judiciário tem atuado na vanguarda da garantia dos direitos fundamentais insculpidos na Constituição Federal. Notadamente na correção de distorções históricas contrárias ao princípio constitucional da isonomia. Um exemplo disso foi a chancela dada pela Suprema Corte à ação afirmativa de inclusão social nas instituições públicas de ensino superior com o objetivo não apenas de coibir a discriminação do presente, mas, sobretudo, eliminar efeitos do passado que tendem a se perpetuar", afirmou o ministro.

No Supremo, Lewandowski foi relator de dois casos emblemáticos sobre a matéria: a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, que tratava da política de cotas étnico-raciais na Universidade de Brasília (UnB); e o Recurso Extraordinário (RE) 597285, no qual o STF confirmou a constitucionalidade do sistema de cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Por sua relevância, o voto do ministro na ADPF 186 foi publicado, como livro, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nos dois julgamentos, Lewandowski destacou a importância das ações afirmativas para a promoção da igualdade social e para a criação de um ambiente acadêmico "plural e diversificado", a fim de superar distorções sociais historicamente consolidadas. "Os programas de ação afirmativa são uma forma de compensar essa discriminação, culturalmente arraigada, não raro praticada de forma inconsciente, à sombra de um Estado complacente", afirmou em seu voto na ADPF 186. Todos os ministros seguiram o entendimento do ministro Lewandowski nesse julgamento, firmando decisão unânime do Plenário.

Contribuição previdenciária

O Plenário do Supremo Tribunal Federal rejeitou os embargos de declaração no Recurso Extraordinário (RE) 569056, apresentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e manteve decisão da Corte tomada em setembro de 2008. Na ocasião, o Tribunal negou provimento do RE e manteve acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que negou ao INSS a incidência automática da contribuição previdenciária referente a decisões que reconhecessem a existência de vínculo trabalhista.

Na sessão de 13 de junho de 2012, o julgamento dos embargos foi interrompido por pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Na ocasião, o relator, ministro Joaquim Barbosa (aposentado), votou pela rejeição dos embargos por entender ausentes as omissões apontadas pelo INSS na decisão do Plenário.

No julgamento do RE 569056, com repercussão geral reconhecida, o STF concluiu que somente os valores resultantes de sentença condenatória ou de homologação de acordo pertencem à competência da Justiça do Trabalho para execução. A Corte interpretou o artigo 896, parágrafos 2º e 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) segundo o artigo 114, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

O relator, ministro Joaquim Barbosa (aposentado), além de não acolher os embargos, rejeitou também o pedido de modulação temporal para que a decisão do STF não alcance as contribuições previdenciárias cujo recolhimento já tenha sido determinado por sentença transitada em julgado proferida pela Justiça do Trabalho.

Em voto-vista apresentado na sessão desta quarta-feira, o ministro José Antonio Dias Toffoli seguiu o relator e afirmou que não houve omissão na decisão do STF no julgamento do mérito do RE 569056. Segundo o ministro, a pretensão do recorrente de que seja reconhecida a competência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições decorrentes de sentenças declaratórias ou homologatórias de acordo, "além de possuir caráter infringente, o que é defeso, colide diretamente com o cerne do mérito julgado".

Por unanimidade, o Plenário rejeitou os embargos de declaração e o pedido de modulação, nos termos do voto do relator. (Com informações do STF)

IPI

Adiada decisão sobre uso próprio

DA REDAÇÃO

Pedido de vista do ministro Luís Roberto Barroso suspendeu nesta quinta-feira o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 723651, em que o Supremo Tribunal Federal irá decidir se o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incide nas operações de importação de veículos automotores, por pessoa física, para uso próprio. O tema teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual e a decisão terá impacto em pelo menos 394 processos sobrestados em outras instâncias. A análise foi suspensa após o voto do relator, ministro Marco Aurélio Mello, que considerou constitucional a incidência do tributo sobre produtos importados.

O recurso foi interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que considerou legítima a cobrança do IPI na importação de um veículo. O consumidor recorreu alegando que, por ser pessoa física que não exerce atividade empresarial de comercialização de automóveis, não poderá também recuperar créditos, o que tornaria o tributo cumulativo, contrariando dispositivos constitucionais, principalmente o da não-cumulatividade. Defendeu que haveria no caso dupla tributação, referente ao IPI e ao Imposto de Importação sobre a mesma base de cálculo.

O representante da Fazenda Nacional argumentou que o princípio da não cumulatividade não pode ser aplicado ao consumidor final. Após o voto de Marco Aurelio, o ministro Luís Roberto Barroso pediu vista dos autos.

CONCILIAÇÃO

60 mil ações na pauta da Semana Nacional

DA REDAÇÃO

A IX Semana Nacional da Conciliação de 2014, que começa nesta segunda-feira e vai até o próximo dia 28, já tem mais de 60 mil processos inscritos para serem resolvidos por meio de acordos amigáveis na Justiça brasileira. Esses números correspondem aos dados enviados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por tribunais de 10 estados. A Bahia está na liderança, com mais de 30 mil audiências marcadas apenas na Justiça estadual.

O mutirão possibilita a resolução de conflitos por meio de acordos entre as partes mas, sobretudo, visa consolidar uma cultura de conciliação no País. Criado em 2006 pelo CNJ, o evento é a maior campanha de mobilização realizada anualmente pelos tribunais brasileiros de três ramos da Justiça: Federal, Estadual e do Trabalho.

No Distrito Federal, a nona edição da Semana Nacional da Conciliação começa com uma solenidade de abertura no auditório Sepúlveda Pertence, no Fórum de Brasília. De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJ-DFT), estão previstas 2 mil audiências de conciliação durante os cinco dias de mutirão. Já no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região foram inscritos 320 processos.

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJ-MG) também pautou grande número de audiências durante o mesmo período, quando serão analisados quase 19 mil processos. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o volume de audiências também será alto. Enquanto o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) pautou 4.625 processos em 162 unidades judiciárias, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) selecionou 1.735 processos, fora os mutirões temáticos, como do DPVAT (seguro obrigatório). Atualmente, há 7 mil processos em andamento envolvendo a matéria.

A previsão do Centro de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) é realizar por volta de duas mil audiências de conciliação durante a Semana Nacional. O mutirão carioca contará com a participação de 21 empresas da área de telefonia, bancos, planos de saúde, lojas de varejo e de compras online.

No Amapá estão programadas 1.232 audiências relativas a diversos tipos de conflito, entre eles mutirões com grandes demandas, além de ações do Juizado da Micro e Pequena Empresa, assim como ações do programa Pai Presente. Ainda no Norte, o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (Amazonas e Roraima) soma 2.378 processos no mutirão da Justiça.

Piauí e Alagoas

No Piauí, apenas na Vara de Família do Tribunal de Justiça piauiense estão previstas 640 audiências. Em Alagoas, o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região indicou 220 processos, sendo que a maioria deles possui a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil como réus ou autores da ação. A medida é resultado de um convênio entre essas instituições financeiras e o Judiciário. De acordo com a lista dos 100 Maiores Litigantes do Brasil, elaborada pelo CNJ em 2013, o setor é o segundo maior litigante em âmbito da Justiça brasileira. As parcerias do Judiciário com bancos privados e públicos têm como objetivo aumentar e melhorar as propostas de solução mais rápidas e definitivas para conflitos na área financeira.

Na capital gaúcha não haverá solenidade de abertura da Semana Nacional da Conciliação, mas o Centro Judiciário de Solução de Conflito (Cejusc) de Porto Alegre agendou 193 processos a serem acompanhados durante o evento. Já no Paraná, só o Tribunal de Justiça paranaense inscreveu 3.092 processos. (Com Agência CNJ)

ENFOQUE JURÍDICO

B A S T I D O R E S

laraujo@jcom.com.br

SELO DE OURO. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) recebeu o Selo Justiça em Números, na categoria Ouro, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O prêmio reconhece o esforço dos tribunais, além de fomentar as demais cortes a atingirem níveis de excelência, qualidade e confiabilidade dos dados. No total, 73 tribunais foram premiados pelo esforço para aprimorar os sistemas de estatísticas sobre o funcionamento do Judiciário, sendo seis na categoria diamante, 19 na ouro, três na prata e 45 na bronze. Entre os TREs, três receberam o Selo Ouro e 22, o Bronze.

MEDALHA TIRADENTES. O presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), Rossidélio Lopes da Fonte, receberá na próxima segunda-feira a Janeiro (Alerj), é destinada às personalidades que prestam relevantes serviços à causa pública do Rio de Janeiro. A cerimônia será realizada no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, às 18 horas, na Alerj, no Centro do Rio.

REFORÇO AMBIENTAL. O escritório Tauil & Chequer Advogados acaba de fortalecer a equipe com a entrada de Paulo de Bessa Antunes e quatro advogados do grupo ambiental. Paulo é especialista em direito ambiental, mestre e doutor em direito e ex-presidente da Comissão Permanente de Direito Ambiental do Instituto dos Advogados Brasileiros. O advogado ainda atuou como chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro.

Fernandes Rocha Advogados acaba de anunciar a entrada de Luiz Gustavo Bezerra, que desenvolverá a área de Meio Ambiente e Energia Renovável do escritório. Bezerra também atuará em administrativo, contencioso, infraestrutura e regulatório. Ele é bacharel em direito pela UFRJ e pós-graduado em Direito Ambiental pela PUC-Rio. Foi coordenador do grupo de estudos de Direito Ambiental do Petróleo e Gás da Uerj-ANP e, atualmente, leciona Direito Ambiental nas FGV, no IBMec e na Emerj.

RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS. O escritório Di Blasi, Parente & Associados é um dos sócio-fundadores da IRelGov – Instituto de Relações Governamentais. A entidade foi criada com o objetivo de elevar o grau de profissionalismo, competência e padrões questões relacionadas à interlocução de empresas e organizações com o governo, como a legitimidade da prática, a execução de suas tarefas dentro de limites legais claros, o incentivo às boas práticas e a reprovação de condutas não adequadas.

REGRAS PARA PROMOÇÃO. A Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recebeu nesta semana o texto que pretende atualizar as regras para promoção de magistrados. A comissão terá duas semanas para analisar a proposta, e deverá apresentar parecer em reunião marcada para o peóximo dia 17. Após essa etapa, o texto terá que ser apreciada pelo plenário do CNJ, o que deve ocorrer no início de 2015. Caso seja aprovado, o texto passará

Tonte, recebera na próxima segunda-feira a Medalha Tiradentes. A honraria, oferecida pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

REFORÇO AMBIENTAL II. O Motta, profissionalismo, competência e padrões éticos dos profissionais de relações governamentais. Será promovido o debate de

de 2015. Caso seja aprovado, o texto passará a valer 180 dias após sua publicação, revogando disposições contrárias.

CURSOS & EVENTOS

160 CASAMENTOS. Os juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) e a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos realizam neste domingo, às 14h30min, o casamento civil homoafetivo de 160 casais. A cerimônia integra o projeto O Amor é Legal e acontecerá no Armazém Utopia, na Avenida Rodrigues Alves, armazém 6, Cais do Porto do Rio. Participam do evento os juízes Raquel de Oliveira, André Souza Brito, Monique Abreu David, Priscila Abreu David e Mylene Gloria Pinto Vassal.

JUSTIÇA E DEMOCRACIA. A presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), desembargadora Leila Mariano participará do Seminário Justiça e Democracia – Debates e Propostas, no próximo dia 5, às 10h15min, no auditório da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Os ministros Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), e Marco Aurélio Bellizze, Benedito Gonçalves e Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), também participam do evento. As inscrições podem ser feitas pelo site www.direitouerj.org.br e será fornecido certificado de participação que contará como horas de estágio.

CÓDIGO COMERCIAL EM DEBATE. O Brasil precisa de um Código Comercial? Essa é a discussão que acontece no próximo dia 24, das 14h às 18h30, na FGV Direito Rio. O evento, que é gratuito, visa debater o novo projeto de Código Comercial e tem como objetivo ampliar as discussões sobre a proposta de um novo código. Organizado pela graduação, o debate é aberto ao público, mas é necessária inscrição prévia.

140 ANOS. As comemorações do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp) pelos seus 140 anos começam nesta segunda-feira, às 19 horas. No salão nobre da Faculdade de Direito da USP será entregue o Prêmio Barão de Ramalho ao desembargador José Renato Nalini. O prêmio é dado a personalidades que contribuem para o avanço institucional do País e foi criado em 2001. Haverá também o lançamento da Editora Iasp, do selo comemorativo do Instituto e a posse do terço do Conselho eleito para o triênio 2015-2017, além da diplomação dos associados admitidos este ano, entre eles o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, e a secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloísa de Souza Arruda.

GESTÃO TRIBUTÁRIA. O tributarista André Mendes Moreira, sócio do escritório Sacha Calmon – Misabel Derzi Consultores e Advogados e professor da UFMG, será um dos palestrantes do curso de gestão tributária para escritórios de advocacia para estudantes e advogados, no próximo dia 27, em Aracaju. O curso será um dos eventos paralelos ao I Congresso Sergipano de Direito Tributário, que a seccional da OAB de Sergipe promoverá nos próximos dias 27 e 28, no auditório da entidade.